

O significado da parceria Brasil-Venezuela

Thiago Gehre

A parceria entre Brasil e Venezuela possui um significado peculiar nas relações internacionais, destacando-se por ocupar um lugar na hierarquia da sociedade internacional bem como na política sul-americana. Para compreender o sentido dessa parceria internacional, faz-se necessário olhar para o passado e sua história compartilhada, é importante vislumbrar o futuro e o horizonte comum que os espera, é preciso identificar o senso de oportunidade que os aproximou, assim como o caráter estratégico que a aliança adquiriu nos últimos tempos.

Palavras-chave: História das Relações Internacionais do Brasil, Política Externa, Venezuela

The partnership between Brazil and Venezuela has a peculiar significance in international relations, especially because together they occupy a place in the hierarchy of international society as well as in South American politics. To understand the meaning of this international partnership, it is necessary to look at the past and their shared history, it is important to have a glimpse of the future and the common horizon that awaits them, it is necessary to identify the occasions that brought them together, as well as the strategic meaning that the alliance acquired in recent times.

Keywords: History of International Relations of Brazil, Foreign Policy, Venezuela

“Queremos dar sentido às nossas vidas e muitas vezes nos perguntamos qual o lugar que ocupamos na sociedade em que vivemos e como chegamos até ele (...) tais histórias e questionamentos inevitavelmente nos levam ao passado” (Macmillan 2010, 9).

Este artigo busca lançar luz sobre um questionamento que há alguns anos vem sendo feito por analistas e estudiosos, especialmente aqueles mais críticos acerca da aproximação entre Brasil e Venezuela nas relações internacionais: qual o significado de uma parceria entre os dois países?

Partindo do pressuposto que “sentido articula percepção, interpretação, orientação e motivação” a partir de uma perspectiva temporal, o estudo de uma parceria internacional demanda entender as visões do outro, as interpretações acerca do lugar daqueles agentes no mundo, bem como estabelecer nexos entre ideias, valores, princípios e motivações em política externa (Rüssen 2001, p. 156).

Ademais, uma parceria ganha sentido ao se repensar a relação entre agentes e estruturas internacionais, se reorganizar o passado comum de contatos internacionais entre

os dois países e ao se levantar questões acerca do passado, presente e futuro desse relacionamento.

Para tanto, dividiu-se o artigo de acordo com as diferentes dimensões que atribuem sentido à parceria entre Brasil e Venezuela: história compartilhada, horizonte comum, senso de oportunidade, caráter estratégico e bases da aliança.

História compartilhada

O período compreendido entre 1810 e 1830 consiste no momento de incubação do modo de vida bilateral das relações Brasil-Venezuela; momento em que se estabeleceram os primeiros contatos entre os dois países. A independência venezuelana (1811) foi seguida por uma série de lutas revolucionárias pela afirmação nacional que durariam por todo o século 19. Paralelamente, o Brasil tornou-se independente de Portugal (1822), possibilitando o surgimento de uma referência comum em termos de fronteiras e modelo de regime político e forma de governo. Assim, os contatos entre Simón Bolívar e seus sucessores, na Venezuela, e o Império do Brasil promoveram o gradual entrelaçamento político e diplomático concernente a acordos fronteiriços e comerciais.

A germinação das relações Brasil-Venezuela a partir de 1822 foi estimulada pela definidora missão de Miguel

Thiago Gehre é Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Maria Lisboa, entre 1842 e 1852, que conduziu o primeiro esforço organizado de aproximação entre os dois vizinhos. Outro marco importante das relações bilaterais no século 19 foi o processo de constituição do Tratado de 1859, que envolveu a internacionalização do Rio Amazonas e revelou o choque de princípios negociadores entre os dois governos, bem como o revisionismo venezuelano em relação às fronteiras com o Brasil.

Apesar das divergências constatadas na assinatura do Tratado, observou-se nos anos subseqüentes maior entrelaçamento bilateral entre Brasil e Venezuela devido à maior latitude dada ao interamericanismo; à gestão de Manoel de Oliveira Lima em Caracas entre 1904 e 1906, que ajustou definitivamente algumas pendências fronteiriças com o Brasil; e aos novos ventos estratégicos do petróleo, que traziam para os dois países preocupações com as rivalidades e intervenções estrangeiras. Logo, o resultado desta primeira fase foi o encaminhamento de um *modus vivendi* que passou a disciplinar, a partir dos anos 1940,

Três características definiram o perfil internacional da Venezuela ao longo de sua história: a relação com os EUA, a onipresença do petróleo na sociedade e as múltiplas facetas identitárias do país.

questões simples, mas importantes, como comércio, navegação e extradição.

Entretanto, a baixa profundidade dos contatos internacionais e as flutuações conjunturais internas, no Brasil e na Venezuela, colocaram os dois vizinhos em um curso de “ruptura” por volta da década de 1960. Com o advento da doutrina Betancourt, de não reconhecimento de regimes de força, e o aprisionamento em águas brasileiras do navio mercante venezuelano Anzoátegui, em 1963, após uma tentativa frustrada de sequestro, eclodiu uma conjuntura crítica que fez aflorar o ressentimento adormecido, nas duas sociedades e em suas chancelarias, levando à suspensão das relações diplomáticas em 1964.

O reatamento operado dois anos depois não foi suficiente para afastar o clima de tensão existente nas negociações comerciais no âmbito da ALALC ou em virtude da presença cubana na política regional, o que levou Caracas e Rio de Janeiro a triangularem suas relações com Georgetown. A busca pela paz e estabilidade no norte da América do Sul estaria contaminada pela desconfiança mútua.

Ao contrário, a partir de 1969, o entendimento alvora no horizonte da vizinhança pela vontade de desconstruir as rivalidades ainda persistentes na região e pelo floresci-

mento das forças econômicas. Ademais, desde 1979 duas ondas de adensamento político e econômico redefiniram e atualizaram os parâmetros das relações bilaterais e deram consistência à parceria.

A redemocratização e estabilidade política fizeram do Brasil um legítimo integrante do grupo de nações livres do Ocidente. A abertura econômica e a estabilização monetária, empreendidas nos anos 1990, tornaram o país um ótimo parceiro comercial. A estruturação econômica e produtiva interna, que incluiu modificações tarifárias e na carga de impostos modernizou o país no campo financeiro e preparou-o para receber um influxo crescente de investimentos externos diretos e a hospedar cada vez mais empresas multinacionais.

Com isso, a imagem do Brasil como um “parceiro” se formou na medida em que se cristalizou como um polo nas relações internacionais, especialmente no plano regional, promovendo a integração regional e o crescimento da vizinhança sul-americana; no âmbito multilateral, atuando em conjunto com países como Índia, China, África do Sul e Rússia em fóruns econômicos, comerciais e financeiros, ou políticos na composição de blocos anti-hegemônicos; em fim, pela mudança de foco do puramente econômico para o social, empreendida a partir de 2003, com medidas concretas de combate à fome e à pobreza.

Do lado venezuelano, os governos de Carlos Andrés Pérez (1989-1993) e Rafael Caldera (1994-1997) adotaram medidas de desregulamentação econômica que colocaram a Venezuela na onda reformista e neoliberal que assolou a América do Sul após o Consenso de Washington (1989) e, de uma forma ou de outra, impulsionaram sua aproximação com o Brasil. Quando Hugo Chávez surgiu no horizonte brasileiro, em 1998, a aproximação definitiva foi ancorada em uma carteira de projetos infraestruturais e energéticos, amparados por um diálogo de alto nível entre os mandatários que conformaram, entre 2003 e 2006, uma “aliança estratégica”.

Vale notar que a chegada de Chávez ao poder representou uma mudança nas bases ideacionais da região, impulsionando uma virada à esquerda de outros governos como na Bolívia e no Equador, assim como passou a representar um modelo alternativo de integração e inserção internacional, exemplificado pela ALBA. Nesse caso, a exacerbação ideológica, aliada a outras forças profundas, como a competição pela liderança regional e a afirmação como modelo a ser seguido na América do Sul, levou a um retraimento brasileiro a partir de 2007.

Nada obstante, a importância energética manteve o país

bolivariano como um parceiro importante na geopolítica sul-americana e o recuo conjuntural, ao invés de minar as relações bilaterais, apenas confirmou o sentido da parceria entre Brasil e Venezuela. Ambos haviam compartilhado quase dois séculos de história que os qualificavam como parceiros.

Horizonte comum

A parceria entre Brasil e Venezuela teve sua razão de ser histórica conformada profundamente pela força geográfica. O espaço comum sul-americano passou a prevalecer sobre outras características identitárias dos dois países.

Pode-se dizer que três características definiram o perfil internacional da Venezuela ao longo de sua história: a) sua relação de simbiose com os Estados Unidos; b) a onipresença do petróleo na sociedade; e c) as múltiplas facetas identitárias do país: andina, amazônica, caribenha e terceiro-mundista. Como consequência, a identidade sul-americana da Venezuela foi eclipsada, fazendo com que o país perdesse o norte de sua atuação internacional e a forma mais parcimoniosa de conformar o interesse nacional. O distanciamento histórico venezuelano da região, bem como a relação simbiótica estabelecida com os EUA, concorreu para a não conformação de uma parceria estratégica com o Brasil.

Todavia, a aparição de Hugo Chávez no contexto sul-americano reavivou a memória histórica de uma parceria cujas raízes remontavam ao século 19, quando da luta pela

cana ganhava status de prioridade.

Quando o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães foi alçado ao cargo de Secretário-Geral do Itamaraty, o intuito era repensar e reformular as bases ideacionais de sustentação da práxis diplomática brasileira. Pinheiro Guimarães, que fora um dos arquitetos da aproximação entre Brasil e Argentina durante o governo Sarney, desempenhou papel similar na conformação da aliança entre Brasília e Caracas.

De acordo com Pinheiro Guimarães (Discurso 2009), a integração dependeria da atitude brasileira em reconhecer a existência de assimetrias na América do Sul. Além disso, a construção de uma sociedade brasileira mais democrática só poderia ser bem sucedida com a participação dos vizinhos, fazendo da política externa um instrumento eficaz de mudanças no Brasil e no seu entorno. De fato, a América do Sul tornara-se, desde 1993, uma das vertentes da cooperação Sul-Sul por meio da qual o Brasil buscava inserir-se internacionalmente, com destaque para os contatos intra-Mercosul, o entendimento com a Argentina e a construção da liderança regional (Saraiva, 2007).

Não obstante, o turning point do processo de sul-americanização da política exterior do Brasil foi a 1ª Reunião de Presidentes da América do Sul, promovida em Brasília pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de viabilizar uma carteira de projetos de integração regional e tornar operativa a própria ideia de “América do Sul” como um conceito político (Galvão, 2003).

Dessa forma, uma parceria internacional só teria significado no tempo se avaliada de acordo com as forças históricas que as transformou e as instituições que as moldou, como as regras internacionais, a distribuição de poder, o papel das po-

tências e a diplomacia. Segundo Celso Amorim (Amorim, 2004, p. 211), “a intensidade diplomática é consequência e fator gerador de mudança qualitativa na política externa”.

A tarefa do chanceler brasileiro seria executar as diretrizes fundamentais da orientação autonomista assumida pelo país no exterior. Nesse caso, a lógica das parcerias se encaixava na perspectiva de um mundo de geometrias variáveis: “para cada assunto, uma melhor aliança, consistente, coerente e sem preconceitos” (Amorim, 2003).

A Venezuela voltou a valorizar o ambiente sul-americano, aproximando-se de seus vizinhos, como Bolívia, Equador e Argentina, procurando tratar antigos focos de tensão com Colômbia e Guiana, mas, principalmente, erigindo o Brasil ao patamar de parceiro privilegiado nessa

Um elemento que passou a dar sentido à parceria Brasil-Venezuela foi o senso de oportunidade surgido em momentos de crise, aproveitados para fortalecer os laços políticos, econômicos e sociais entre os dois países.

emancipação do jugo colonial, afirmação da independência política e busca pela unidade da jovem América do Sul.

Da mesma forma, o Brasil, que havia costurado uma identidade internacional ocidentalista e de matiz latino-americano até os anos 1990, recalculou a ênfase de sua inserção internacional com a instalação de um novo grupo decisor em torno do presidente eleito pela nação em outubro de 2002. Como lembra Duroselle (2000, p. 226-227), “a decisão passa por um conjunto de pessoas mais ou menos próximas do centro de decisão”.

Além do presidente Lula da Silva, algumas figuras ganharam destaque na condução da política externa brasileira, como Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães e Marco Aurélio Garcia, especialmente na definição de uma postura mais autonomista, na qual a dimensão sul-ameri-

nova ênfase sul-americanista. Da mesma forma, o Brasil se lançou na renovação do seu quadro de parcerias regionais, tendo a Venezuela como foco principal, mediante o resgate da ideia de América do Sul, sua operacionalização em um conceito político e sua inserção no discurso diplomático e político para contagiar a sociedade brasileira e os vizinhos sul-americanos (Gehre, 2009b).

Senso de oportunidade

Outra característica que passou a preencher de significado a parceria entre Brasil e Venezuela foi o senso de oportunidade surgido em momentos de crise, aproveitados para fortalecer os laços políticos, econômicos e sociais entre os dois países. A crise de governabilidade na Venezuela entre 2002 e 2003 foi um caso que marcou tal senso de oportunidade bilateral.

Desde o início do ano de 2002, alguns oficiais das Forças Armadas (FA) venezuelanas, como o Coronel Pedro Soto e o Contra-Almirante Carlos Molina Tamayo, se colocaram contrários às diretrizes do presidente Hugo Chávez reclamando, dentre outras coisas, do desvio de finalidade das

Paralelamente, cresceram os rumores da participação de Washington em um possível *coup d'état*, nos moldes daquele desferido contra Salvador Allende em 1973. Oficiais das Forças Armadas venezuelanas teriam recebido propina para se sublevar contra o governo, organizações e movimentos sociais de oposição foram inflamados, relatórios e informes sobre o amadurecimento das condições para um golpe circulavam na CIA e no Pentágono, assim como altas autoridades em Washington emitiam declarações “preocupadas” em relação à “atmosfera de crise” e ao futuro do sistema democrático (Jones, 2008, p. 329-360).

Segundo Moniz Bandeira (in Lessa\eAltemani, 2006, p. 286), “Pedro Carmona Estanca, presidente da Fedecámaras, assumiu o governo da Venezuela com o apoio dos meios de comunicação e o respaldo não tão encoberto da administração do presidente americano George W. Bush”. O Departamento de Estado dos EUA esperava que a transição ocorresse segundo os moldes constitucionais, com a aprovação da renúncia de Chávez pela Assembléia Nacional e pela Corte Suprema, e com a convocação de novas eleições sob a tutela de observadores da OEA.

Em dezembro de 2002, em uma articulação entre Fernando Henrique Cardoso e Luíz Inácio Lula da Silva, o assessor especial Marco Aurélio Garcia foi enviado a Caracas para sinalizar o apoio do governo recém-eleito a Hugo Chávez.

FA da defesa nacional para o trabalho nas missões sociais. Além disso, no mesmo período, Chávez perdeu um de seus homens de confiança, Luis Miquilena, que o acompanhara desde o início do governo, mas que passou a cooperar com a oposição.

Concomitantemente, outro foco de tensão surgiu após a demissão do Brigadeiro-General Guaicaipuro Lameda, diretor principal da PDVSA, por se mostrar favorável à continuidade da abertura petrolera iniciada no governo Caldera, o que desagradou a Chávez. O resultado foi uma série de greves e operações tartaruga, diminuição da produção de gasolina e dos navios-tanque em circulação e a quase paralisação dos serviços da empresa ao longo de todo o ano.

O cerco parecia se fechar à medida que a oposição ganhou corpo com a adesão da CTV, maior sindicato venezuelano, liderado por Carlos Ortega, e da Fedecámaras, principal câmara de comércio do país, sob a direção de Pedro Carmona. Esses dois personagens se destacaram nas articulações e ações contra o governo Chávez, especificamente controlando a mobilização dos trabalhadores em greve e as manifestações nas ruas de Caracas.

Quando a questão passou à alçada da OEA e o colombiano Cesar Gaviria, então Secretário-Geral, aprovou uma resolução condenando a “alteração da ordem constitucional na Venezuela”, não se

imaginava que a crise de abril de 2002 se estenderia por tanto tempo.

No sábado, 13 de abril, Chávez retornou ao poder disposto a capitalizar a crise em seu proveito, justificando mudanças significativas no corpo burocrático de seu governo. Entretanto, a crise de abril ganhou ares de dramaticidade, pois seus reflexos se estenderam por todo o ano de 2002, culminando em greves gerais mantidas pela oposição e em uma paralisação petrolera dos trabalhadores da PDVSA, o que estrangulou a nação até 2003.

A mesa de negociação entre governo e oposição havia se transformado em um diálogo de surdos. Por um lado, o governo não abria mão de seu mandato e sustentava a realização de eleições; por outro, a oposição assumiu uma postura intransigente de saída de Chávez a qualquer custo e só aceitava um referendo revogatório. O contexto de impasse interno permitiu ao governo brasileiro agir em favor da estabilidade interna na Venezuela e da preservação do sistema interamericano.

Para tanto, em dezembro de 2002, em uma articulação entre Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva, enviou-

-se o assessor especial Marco Aurélio Garcia a Caracas com o intuito de sinalizar o apoio do governo recém-eleito e a preocupação quanto aos desdobramentos da crise. Lula havia confiado a Marco Aurélio Garcia o cargo de assessor especial, cuja liberdade de atuação nas questões internacionais transcenderia a própria chancelaria brasileira. Nesse sentido, o governo brasileiro encaminhou duas medidas: garantir a segurança energética do vizinho e mediar o conflito de interesses entre governo e oposição. Se por um lado, a proposta brasileira gerou críticas da oposição daquele país e certo desconforto por parte dos Estados Unidos (Vizentini, 2003), por outro, pode-se dizer que o prestígio adquirido pela ação foi incalculável e deixou marcas profundas na sociedade venezuelana, que até hoje faz referência ao “socorro” brasileiro e de Lula.

Como medida emergencial, o Brasil vendeu um carregamento de 83 milhões de litros de combustível para suplantando o desabastecimento que castigava a população venezuelana. Além disso, o papel de mediação do Brasil requeria que se buscasse algo aceitável para o governo e a oposição na “mesa de negociação”, ou seja, resguardar o governo constituído, mas dar voz à oposição, dentro dos limites da autodeterminação dos povos.

A saída foi a criação de um Grupo de Amigos da Venezuela, que oferecesse mais “instrumentos” ao Secretário-Geral da OEA na solução da crise venezuelana. Assim, um grupo composto por diferentes atores facilitaria a moderação dos discursos mais exaltados e abriria canais de comunicação e entendimento. Celso Amorim explicou o ímpeto solidarista brasileiro diante da crise política “em nosso vizinho”: “não podíamos permanecer como meros observadores”. O papel brasileiro seria colaborar para o diálogo, criar um clima de confiança e restaurar a estabilidade (Resenha, 2005, p. 405).

Portanto, interessava ao Brasil que a crise venezuelana fosse rapidamente abafada para que a ordem tornasse a reinar na região, que voltava a ser considerada “prioridade óbvia” para as relações internacionais do país. Ao mesmo tempo, foi uma oportunidade bem aproveitada como capital político do governo recém-eleito no Brasil, ao dar mostras da relevância com que o vizinho bolivariano seria tratado a partir de então.

Mais ainda, a chancelaria brasileira dava sinais de que o Brasil estava se engajando ativamente nas questões sul-americanas, desenvolvendo um senso apurado de “responsabilidade sistêmica” ao atuar em favor da estabilidade venezuelana. Uma nova regularidade parecia se estabelecer, uma vez que o Brasil não estaria indiferente à sorte

de seus vizinhos sul-americanos, latino-americanos ou caribenhos. “Move-nos uma solidariedade ativa: o princípio que costumo chamar de não-indiferença”, diria o chanceler Celso Amorim sobre esse elemento basilar da política externa brasileira na era Lula (Resenha, 2004, p. 81).

Caráter estratégico

Outro passo adiante na conformação da parceria brasileiro-venezuelana foi o caráter atribuído pelos dois governos ao relacionamento entre Caracas e Brasília. Assim, a

Em 2002, o governo brasileiro procurou garantir a segurança energética do vizinho e mediar o conflito de interesses entre governo e oposição. O prestígio adquirido pela ação foi incalculável e deixou marcas profundas na sociedade venezuelana.

especial relevância com que a Venezuela revestiu sua relação com o Brasil justificava-se “por su significación estratégica”. Diante desse fato, Hugo Chávez Frías realizou sua primeira visita como presidente reeleito “al gigante país sureño”, carregando como motivações principais as aspirações bolivarianas de ingressar no Mercosul e as possibilidades concretas de estabelecer um eixo energético entre Brasília e Caracas na região (Guimarães e Cardim, 2003, p. 299-309).

O Brasil passou a ser, na década de 1990, um importante consumidor de energia na cena sul-americana em razão da retomada gradativa do crescimento após a crise dos anos 1980, do advento do Mercosul e da recuperação de seu complexo industrial. Nesse sentido, ampliou-se a compra de petróleo da Argentina e da Venezuela, do gás natural da Bolívia e do Peru, e intensificaram-se as perspectivas de cooperação energética pelo projeto de construção de gasodutos ligando aqueles países ao Brasil.

Na concepção brasileira, existiam vantagens intrínsecas em se desviar os fluxos do petróleo comprado do médio Oriente para o mercado sul-americano. Com isso, criavam-se vínculos políticos entre países até então distantes e ampliavam-se os fluxos comerciais e de investimentos na região. Da mesma forma, estimulava-se a interdependência e a integração setorial, tendo a energia como amálgama na região (Gehre, 2009a).

Portanto, foi em consequência da tomada de consciência do caráter estratégico da Venezuela na cena regional que o Brasil atribuiu peso diferenciado ao vizinho, “não apenas servindo de contrapeso para a Argentina, mas também conformando com ela o triângulo estratégico no processo de integração da América do Sul” (Bandeira, 2006).

Em momento posterior, Chávez recorrerá a essa ideia em seus discursos: a constituição de um eixo estratégico para a integração regional sul-americana juntaria os três principais países sul-americanos – Argentina, Brasil e Venezuela – e deveria irradiar-se por toda a vizinhança: “Estamos en la punta de Suramérica, este eje, la punta norte de América del Sur, la punta sur de América del Sur. Este es un eje: Venezuela, Brasil, Bolivia, Argentina y todos los países (...) el eje central en lo geopolítico” (Aló Presidente 331, ano 2009).

Nesse sentido, o Brasil trabalhou em favor das modificações operadas no sistema interamericano, expondo-se crescentemente aos fenômenos e acontecimentos hemisféricos. Como efeito diagonal, reforçou seu perfil universalista com a ampliação de contatos internacionais extrarregionais, via abertura econômica e diversificação de parcerias. Por exemplo, ao assumir a pasta das relações exteriores, Celso Lafer lembraria as palavras do chanceler de Juscelino Kubitschek, Horácio Lafer, para descrever o novo tempo da Casa de Rio Branco: “onde houver um cliente possível para o Brasil, ali estará vigilante o Itamaraty” (Vaz, 2006, p. 43-73; Resenha, 1-2001).

Ao atuar em favor da estabilidade venezuelana, a chancelaria brasileira dava sinais de que o Brasil estava se engajando ativamente nas questões sul-americanas, desenvolvendo um senso apurado de “responsabilidade sistêmica”.

Logo, a nascente significação estratégica da parceria com a Venezuela foi evidenciado na solenidade de inauguração da subestação energética de Boa Vista, referente à linha de transmissão Brasil-Venezuela, em 13 de agosto de 2001. Nas palavras de Fernando Henrique Cardoso, “devemos fazer tudo para ter a Venezuela ao nosso lado [...] comprávamos [petróleo] do Iraque, do Irã e da Arábia Saudita. Isto vinha dos militares, que tinham uma visão estratégica de aliança com o Oriente e influência na África” (Gehre, 2009b, p. 128).

Além do mais, crescimento não era possível sem energia, o que justificava que as grandes obras de infraestrutura de integração sul-americana estivessem ligadas ao fornecimento de energia. Assim, pela integração fronteira o Brasil poderia comprar energia elétrica da Venezuela e, segundo FHC, “os brasileiros que vivem em Roraima poderão acender a luz de suas casas, acionar a corrente que dá energia às suas empresas, usando a eletricidade produzida no país vizinho, amigo e irmão. Isso tem um nome: cooperação” (Resenha, 2-2001, p. 87).

Por isso, a construção da linha de transmissão entre a

Central Hidroelétrica Raúl Leoni, na represa de Guri, e a cidade de Boa Vista, também conhecida como “linhão de Guri”, foi considerada como uma “obra estratégica” e mesmo “visualmente, um símbolo de união para Roraima”. Era um meio de suprimento seguro de energia limpa, que permitiria a substituição de energia produzida de derivados do petróleo pela energia termelétrica. Segundo FHC: “São 676 quilômetros de fios de alta tensão. São 676 quilômetros de integração sul-americana. São 676 quilômetros de amizade brasileiro-venezuelana” (Resenha, 2-2001, p. 87).

Outro eixo da aproximação energética dizia respeito à cooperação entre as duas empresas estatais de petróleo. Entretanto, Luis Felipe Lampreia, antecessor de Lafer, lembrou que as possibilidades de aproximação na área petrolífera, apesar de óbvias entre PDVSA e PETROBRAS, pareciam não vingar por conta das inclinações pró-Estados Unidos da companhia estatal venezuelana: “sobre isso nunca tivemos maiores ilusões”. De fato, a blindagem da PDVSA foi desfeita, a favor do Brasil, com a chegada ao poder de Hugo Chávez (Lampreia, 2010, p. 225).

Em síntese, a consolidação do caráter estratégico da parceria foi especialmente importante para a “aproximação definitiva” entre Brasil e Venezuela, processo engatilhado em 1979 e fortalecido entre 1998 e 2002. O significado principal desse processo foi a ampliação da capacidade de influência da Venezuela nos cálculos brasileiros e a diminuição da relutância, tanto em Brasília quanto em Caracas, de uma inserção internacional concertada pelos dois parceiros.

As bases da aliança

A tomada de consciência do que deveria ser uma parceria entre Brasil e Venezuela dependia apenas do estabelecimento das bases concretas da aliança, o que seria sumariado pelas palavras do presidente Lula: “O Brasil precisa da Venezuela e a Venezuela precisa do Brasil” (Resenha, 2-2006, p. 165).

O alicerce principal da aliança brasileiro-venezuelana referiu-se à cumplicidade política entre Lula e Chávez. Quando teve oportunidade, Chávez destacou a “ação construtiva”, o “papel moderador” e de “liderança” exercidos pelo Brasil à frente do Grupo de Amigos.

Vale recordar que a “prova de fogo” da crise de governabilidade na Venezuela evidenciou o primeiro pilar da aliança estratégica: a cumplicidade política e ideacional entre os governantes brasileiro e venezuelano. A aliança

estratégica Chávez-Lula redefiniu a relação bilateral em termos de ações integracionistas que, segundo ressalta Mendible-Zurita (2005, p. 170) “sedimentan las aspiraciones compartidas por los dos países de alcanzar la unidad continental de Sur América”.

Da mesma forma, Chávez viajou seguidamente ao Brasil com o intuito de reforçar os vínculos espirituais e materiais entre os dois países. Inaugurou bustos do libertador Simón Bolívar e do General Abreu e Lima na capital pernambucana, mencionou a criação do Centro de Estudos Brasileiros em Caracas e lembrou a necessidade de um espaço econômico integrado, na América do Sul, pela aproximação Comunidade Andina, Mercosul e Venezuela. Ademais, reforçou o apoio venezuelano ao pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (Resenha, 2-2004, p. 383-85).

Por sua vez, Lula operou de maneira ativa por meio da diplomacia presidencial para redimensionar o peso internacional do Brasil: “o Brasil vai estar no centro de todas as atenções”, diria Lula. Por isso, a consecução de uma parceria com sentido estratégico dependia da atuação das forças econômicas. (Resenha, 1-2003, 17).

O segundo alicerce da “aliança estratégica” referiu-se ao incremento comercial bilateral e a convergências nas grandes questões da ordem econômica internacional. Por exemplo, emergiu uma coincidência de posição de relutância à ALCA e de vontade de inserir “conteúdo social” nas propostas de integração econômica regional.

Ademais, tanto Brasília quanto Caracas concebiam a América do Sul como uma enorme “fronteira de oportunidades” para os investidores de todas as partes do mundo. Entretanto, era perceptível que nessa paisagem, segundo Lula, “o Brasil [seria] um parceiro privilegiado desse renascimento continental”. De toda forma, o impacto do revigoramento regional alcançaria as relações bilaterais (Resenha, 2-2005, p. 201).

Entre 1998 e 2002, os principais produtos exportados pela Venezuela ao Brasil eram os óleos combustíveis, o petróleo bruto, querosene para aviação, naftas, gás propano liquefeito e gás butano liquefeito. Já o Brasil exportava para a Venezuela aparelhos transmissores ou receptores e seus componentes, automóveis de passageiros, laminados planos de ferro ou aço, máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades, pastas químicas de madeira, motores, geradores e transformadores elétricos; medicamentos, entre outros produtos (Resenha, 1-2000).

Assim, no plano comercial, as exportações brasileiras para a Venezuela haviam tido o primeiro incremento marcante a partir de 1995, no início do governo FHC. Cinco anos depois, o intercâmbio comercial bilateral girou em torno de US\$ 1,5 bilhão, sendo que as exportações brasileiras alcançaram US\$ 536,7 milhões, enquanto as importações ficaram na casa de US\$ 974,4 milhões. O ápice das relações comerciais, nos governos Chávez-Cardoso, foi no

Foi em consequência da tomada de consciência do caráter estratégico da Venezuela na cena regional que o Brasil atribuiu peso diferenciado ao vizinho, conformando com a Argentina o triângulo estratégico no processo de integração da América do Sul.

biênio 2000-2001, com exportações venezuelanas na casa de US\$ 2 bilhões e importações brasileiras no valor de US\$ 1,8 bilhão, que foi interrompida por uma reversão momentânea em decorrência da crise de 2002.

Por isso, uma das medidas iniciais do governo Lula, quando assumiu o poder em 2003, foi dispor-se a ajudar a Venezuela a promover seus produtos no mercado brasileiro, dentro do “Programa de Substituição Competitiva de Importações”, o qual priorizava a aproximação com os países vizinhos. A partir de 2004, o fluxo comercial entre o Brasil e a Venezuela aumentou de forma nunca antes vista e as exportações atingiram novo recorde nesse mesmo ano, alcançando a cifra de US\$ 1,46 bilhão. Essa tendência de crescimento das exportações brasileiras para a Venezuela corroborava o aprofundamento das relações bilaterais em uma fase de “aliança estratégica” (Pereira, 2003).

De 2003 a 2006, o intercâmbio manteve-se ascendente, tanto do ponto de vista das vendas brasileiras quanto das venezuelanas. O Brasil exportou US\$ 2,9 bilhões para o país vizinho e importou US\$ 528 milhões, o que representava um aumento significativo no comércio em relação ao total de 2005. O marco dessa fase de aproximação intensa foi definido no discurso de Lula sobre as relações bilaterais brasileiro-venezuelanas: “Nossa aliança estratégica está solidamente apoiada em três pilares: diálogo político, ampliação do comércio de bens e serviços e integração da infraestrutura” (Resenha, 1-2005, p. 52).

Para o presidente Hugo Chávez, Brasil e Venezuela deveriam estar juntos e trabalhar para o fortalecimento da integração, aproximando centros econômicos para a formação de um novo eixo de desenvolvimento na América do Sul. Logo, os acordos assinados em Caracas, em 14 de fevereiro de 2005, integraram mais de vinte compromissos em diversos setores como petrolífero, infraestrutural, ciência e tecnologia, medicina, cultura, cooperação militar,

energia elétrica, siderurgia, telecomunicações, mineração, pesca, aeronáutica e agroindústria.

O terceiro alicerce, já erigido e que ganhou robustez com os acordos, foi o eixo energético, em especial a cooperação entre Petrobras e PDVSA, cujo potencial de exploração era considerado incalculável (Discurso Lula, 2005).

A reorganização da PDVSA, depois do fracassado golpe contra Hugo Chávez em abril de 2002, recolocou a Venezuela em condições privilegiadas para captar e aumentar sua renda petroleira. A tentativa de golpe e a greve que se seguiu deram mostras de que se condicionava o exercício do poder político ao controle da atividade petroleira (Villa e Urquide, 2006).

Para tanto, fazia-se necessário combater a globalização dos recursos naturais proposta pelas grandes potências e, principalmente, desmantelar as trincheiras internas à PDVSA, que funcionara como um “cavalo de Tróia” da oposição dentro do Estado venezuelano. Para Ramirez, a PDVSA havia se tornado uma empresa de interesses mul-

A “prova de fogo” da crise de governabilidade na Venezuela evidenciou o primeiro pilar da aliança estratégica: a cumplicidade política e ideacional entre os governantes brasileiro e venezuelano.

tinacionais, afastando-se do dever de servir ao desenvolvimento nacional (Ramirez, 2007; Kozloff, 2007).

Nesse sentido, Chávez reconstituiu o regime petroleiro venezuelano, desabilitou a política de abertura petroleira iniciada por seus antecessores, tomou conta da PDVSA e, como consequência, restabeleceu a “plena soberania” sobre a gestão do petróleo venezuelano. Com isso, traçou como coordenadas do eixo energético bilateral a solidariedade, a complementaridade econômica e o comércio justo de energéticos a fim de superar o subdesenvolvimento e a dependência (Hernandez-Barbarito, 2009).

Para tanto, ambos os governos avançaram na conformação de uma parceria energética entre PDVSA e Petrobras, com a assinatura de “15 acordos que incluíam, entre outros projetos, a exploração de gás e a extração de petróleo pesado pela indústria brasileira na região do rio Orinoco e a construção de uma nova refinaria no Brasil” (Bandeira, 2006).

O Programa detalhado de iniciativas, cuja execução seria monitorada pela Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN) e seus Grupos de Trabalho, contemplou resumidamente os seguintes pontos: cooperação nas áreas do combustível etanol, biodiesel, refino, fertilizantes, poliole-

finas, produção e distribuição de lubrificantes; desenvolvimento conjunto de projetos entre Petrobras, PDVSA, Petroquímica de Venezuela (PEQUIVEN) e Braskem, na Faixa do Orinoco; construção de plataformas e navios e cooperação na área de comércio e transporte marítimo; protocolo de intenção para a cooperação científica, técnica e capacitação de pessoal; e cartas de intenções para a identificação de oportunidades de negócios em matéria de hidrocarbonetos em campos maduros, no Golfo da Venezuela e no Bloco Cinco do Projeto Plataforma Deltan (Resenha, 1-2005, p. 260).

O potencial energético venezuelano era constantemente realçado por Chávez que, ao falar da franja do rio Orinoco, bradava: “cuando se acabe el petróleo en el mundo, habrá petróleo, todavía en buenas cantidades para evitar un colapso mundial, en cinco países, y el primero es Venezuela, aquí en esta faja”.

Lula e Chávez se encontraram no Porto de Suape, Pernambuco, em 16 de dezembro de 2005, onde foi feito o lançamento da pedra inaugural da refinaria Abreu e Lima, com investimentos previstos da ordem de US\$ 2,5 bilhões e possibilidade de se gerar milhares de empregos diretos e indiretos.

Portanto, o projeto de construção da Abreu e Lima foi um marco da parceria energética Brasil-Venezuela e alimentou os discursos do presidente Chávez pelo orgulho de ver a junção da PDVSA e da Petrobras. “Con Brasil una refinaria aquí en Pernambuco y Brasil con Petrobras llevará petróleo a esa refinaria desde la Faja del Orinoco, para luego distribuirlo en el norte y nordeste de Brasil” (Aló Presidente 331, ano 2009).

O eixo energético tinha perspectivas de se prolongar no tempo, à medida que projetos se cristalizavam, como por exemplo, a construção de uma usina, que deveria gerar entre 540 e 1300 megawatts de potência, com a participação do Brasil na construção. Chávez explicava que “Ayer firmamos en Brasil, una empresa brasileña para las cuevas allá, para el nuevo Uribante-Caparo, la nueva etapa [...] Con la empresa Queiroz Galvão firmamos la carta de intención para comenzar con la ingeniería básica del proyecto del segundo desarrollo del Complejo Uribante-Caparo” (Aló Presidente 331, ano 2009).

O quarto alicerce da aliança estratégica dizia respeito à segurança humana de maneira geral e às ações específicas de combate à fome e à pobreza. Brasil e Venezuela foram países normalmente conceituados como pobres e fracos, refletindo-se em obstrução de suas economias no cená-

rio internacional. Para Lula, diante de um mundo que se mostrava desinteressado da sorte dos mais pobres e dos mais fracos, somente com a união se poderia reforçar a capacidade de defender os interesses fundamentais dos seus cidadãos (Discurso Lula, 2003).

Em um cenário onde os níveis de pobreza na América do Sul e na América Latina são tão significativos, criou-se um sentido de convergência e confiança entre os dois governos que auxiliou na constituição da aliança estratégica. Lula chegou a colocar a questão em tons hiperbólicos: “A pobreza é a arma de destruição em massa mais poderosa que existe no mundo” (Comunicado, Resenha, 1-2005, p. 283).

Venezuela e Brasil estariam de “braços dados” na luta contra a fome, a pobreza e a injustiça social, firmando-se os objetivos sociais um dos principais componentes da “aliança estratégica” bilateral. Assim, o “objetivo comum fundamental” da parceria seria buscar reduzir e tentar eliminar a pobreza mediante um plano e um programa conjunto de alimentação adequada, saúde, educação, habitação e acesso aos bens culturais (Resenha, 1-2003; 1-2005).

No que se refere à busca pela soberania alimentar, destaca-se a cooperação técnica que a EMBRAPA vem desempenhando no bojo de projetos direcionados à questão. Além disso, incluía-se a cooperação brasileira em termos de exportação de produtos, envio de bens com tecnologia agregada e aproveitamento de experiências. Por exemplo, os alimentos distribuídos pela PDVAL estariam sendo armazenados em frigoríficos construídos com materiais venezuelanos, mas com tecnologia brasileira.

Também como parte da estratégia de garantir a soberania alimentar venezuelana, o governo procurou ampliar os rebanhos de gado de corte e leite, importando do Brasil bufalinos e bois da raça Girolanda, como forma de melhorar geneticamente as espécimes venezuelanas (Aló Presidente 306, ano 208).

Tema conexo à segurança alimentar, o combate à pobreza e à miséria seria outro sustentáculo da aliança estratégica brasileiro-venezuelana. Assim, uma linha estratégica da relação Brasil-Venezuela era encontrar maneiras de abordar e combater a pobreza. Chávez citava os “ranchos” venezuelanos e as “favelas” no Brasil como foco para as mudanças, apontando a diferença em termos da dimensão do problema nos dois países. Na visão de Chávez: “tenemos unas poblaciones en Venezuela, en Brasil, unas poblaciones muy jóvenes, un gran crecimiento demográfico”

e essa similaridade em termos do crescimento populacional e da conformação de um estrato jovem da população viabilizaria se pensar respostas conjugadas (Aló Presidente 308, ano 208).

Nesse sentido, o Fome Zero mundial de Lula e o Fundo Humanitário Internacional de Chávez não só ganharam notoriedade pelo quesito “ousadia”, como tornaram-se

Brasil e Venezuela, ao valorizarem, cada um à sua maneira e com intensidades diferentes, a sulamericanidade como parte de suas identidades internacionais, tornaram-se parceiros em potencial na integração física da América do Sul e na organização do espaço político e econômico regional.

uma opção política atrativa de transformação da ordem internacional. Com isso, Brasil e Venezuela pretendiam “deshierarquizar” a agenda internacional ao atribuir valor equiparado a questões que antes eram separadas em high politics e low politics.

O último alicerce da “aliança estratégica” foi erguido pelos projetos de infraestrutura e pela organicidade com que os interesses empresariais brasileiros passaram a atuar na Venezuela. É interessante notar que os acordos de 14 de fevereiro de 2005 haviam sido desenhados com a expectativa de se converterem em ganhos para os setores econômicos brasileiros, que ali estiveram representados por executivos de companhias brasileiras de médio e grande porte, tais como a Odebrecht, Camargo Correa e Petrobrás, que participaram da comitiva presidencial brasileira.

Lula considerava que a relação Brasil-Venezuela poderia e deveria servir como modelo de integração para os demais países da América do Sul. Portanto, enfatizou a importância de engajar os setores empresariais, afirmando que essa aliança estratégica almejada estava, invariavelmente, apoiada na ampliação do comércio de bens e serviços e na integração infraestrutural.

Após a sua reeleição, Lula voltou à Venezuela para inaugurar a segunda ponte sobre o rio Orinoco. Obra de engenharia que contou com a participação de empresa brasileira, a ponte deveria integrar importante corredor de transportes e facilitar o acesso às regiões central e oriental da Venezuela, contribuindo para incrementar o comércio bilateral e estabelecer rota de exportação ligando Boa Vista e Manaus ao Mar do Caribe.

Para o presidente do Brasil, seria um momento do discurso traduzido em realização: “nada fala mais alto do que a gente olhar a imagem extraordinária de uma ponte que significa desenvolvimento para a Venezuela, significa me-

lhoría da qualidade de vida para o povo da Venezuela e significa muito mais esperança para o futuro” (Resenha, 2-2006, p. 165).

Considerações finais

Uma vez que parcerias bilaterais são entendidas como um tipo especial de aliança política entre dois ou mais agentes internacionais, elas não se sustentam em pontes “imaginárias”. Além do mais, pode-se afirmar que a condição de “parceiros” se constrói paulatinamente com fatores ideacionais e materiais, o que leva à projeção de uma nova imagem internacional para ambos os agentes.

Faz sentido, portanto, falar de uma parceria brasileiro-venezuelana, pois foi constituída com base em um senso histórico de oportunidade, reflexo do adensamento das relações econômicas e comerciais, da ampliação dos contatos de alto nível entre seus chanceleres e presidentes, bem como por decisões políticas com elevado teor de componente estratégico. Como consequência, ambas as sociedades foram envolvidas em uma trama complexa de acontecimentos e fenômenos que as entrelaçaram e deram sentido à noção de uma parceria entre os dois países. Além do mais, a aproximação estratégica entre Brasil e Venezuela impactaria no panorama das relações fronteiriças entre os dois países.

Com um significado múltiplo se estabeleceu uma parceria entre Brasil e Venezuela nas relações internacionais: a valorização da sulamericanidade, como parte de suas identidades internacionais, tornou Brasil e Venezuela parceiros em potencial na integração física da América do Sul e na organização do espaço político e econômico regional; ao fomentarem a integração energética, tornando-a mola mestra do bilateralismo, deram uma visão de longo prazo à parceria; por fim, ao enquadrarem a aliança estratégica pela dimensão empresarial, viabilizando a consecução dos interesses de grandes empresas em projetos bilaterais, robusteceram o significado da parceria.

Referências Bibliográficas

- ALÓ PRESIDENTE, programa N° 306 Plaza Caracas, Caracas. Domingo, 2 de marzo de 2008.
- ALÓ PRESIDENTE, programa N° 308. Comunidad Socialista “Nuestra Señora de Coromoto”. Municipio Guacara. Edo. Carabobo. Domingo, 30 de marzo de 2008.
- ALÓ PRESIDENTE, programa N° 331 Termozulia II, Maracaibo, estado Zulia. Jueves, 28 de mayo de 2009.
- AMORIM, Celso. “Política Externa do Governo Lula: os dois primeiros anos”. OPSA, s/n, 4 de março de 2005. In

Resenha de Política Exterior do Brasil, ano 32, n. 96, 1º semestre 2005. p. 405.

_____. “Brazil’s perspective on current international challenges”. s/r. In Resenha de Política Exterior do Brasil, ano31, n. 94, 1o semestre de 2004, p.81.

_____. “Somos a mistura do tigre com a baleia”. Entrevista. Revista Isto é, 13-1-2003. In RESENHA de Política Exterior do Brasil, n 92, ano 30, 1º semestre de 2003. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. p. 247.

AUDIÊNCIA. Celso Amorim. Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em 29 de novembro de 2005. In Resenha de Política Exterior do Brasil, ano 32,n.97, 2o semestre de 2005.p.170.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. “O Brasil e a América do Sul”. In LESSA, Antônio Carlos e ALTEMANI, Henrique. Relações Internacionais do Brasil:temas e agendas. V1. São Paulo: Saraiva, 2006.

COMUNICADO Conjunto a respeito da Aliança Estratégica Brasil-Venezuela e Declaração dos Governos do Brasil e da Venezuela sobre a sua implementação (18 de fevereiro de 2005) in RESENHA de Política Exterior do Brasil, Número 96, 1o semestre de 2005, Ano 32. p. 257-261.

COMUNICADO. “visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Ciudad Guayana na Venezuela”. 24 de março de 2005. In RESENHA de Política Exterior do Brasil, n 96, 1º semestre de 2005, Ano 32. p. 283.

DISCURSO Celso Lafer. Posse no cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Brasília, 29 de janeiro de 2001. Resenha de Política Exterior do Brasil, número 88, 1º semestre de 2001 - ano 28.

DISCURSO Fernando Henrique Cardoso. Cerimônia de inauguração da interconexão elétrica entre o Brasil e a Venezuela. Santa Elena de Uairén, 13 de agosto de 2001. Resenha de Política Exterior do Brasil Número 89, 2º semestre de 2001 - Ano 28, p. 87.

DISCURSO Samuel Pinheiro Guimarães. Transmissão do cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores, em Brasília – 20 de outubro de 2009. Disponível em www.mre.gov.br. Acessado em 11 de agosto de 2010.

DISCURSO Ministro de Relações Exteriores. “La Política Exterior del Gobierno del Presidente, Hugo Chávez Frías Cien días de gestión: transformar la Cancillería y relanzar la diplomacia comercial”. In SOARES, Laura Tavares. “Venezuela: posibilidades e limites para um novo modelo de desenvolvimento e integração regional”. In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro & CARDIM, Carlos Henrique (orgs). Venezuela: visões brasileiras. Brasília: IPRI, 2003. p. 299-309.

DISCURSO Luiz Inácio Lula da Silva. Inauguração da segunda ponte sobre o rio Orinoco, na Venezuela,

- Ciudad Guayana, Venezuela, 13 de novembro de 2006. In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Número 99, 2o semestre de 2006, Ano 33. P.165
- DISCURSO. “Visita ao Brasil do Presidente da Venezuela”. In *RESENHA de Política Exterior do Brasil*, n 92, ano 30, 1o semestre de 2003. Ministério das Relações Exteriores do Brasil.
- DISCURSO Luiz Inácio Lula da Silva. Cerimônia de abertura do Seminário para Investidores – Brasil e Parceiros, em São Paulo, em 2 de dezembro de 2005. In *RESENHA de Política Exterior do Brasil*. Número 97, 2o semestre de 2005, Ano 32. p. 201.
- DISCURSO. “Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Venezuela”. 14 de fevereiro de 2000. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 86, 1o semestre de 2000 Ano 27.
- DISCURSO. “Visita ao Brasil do Presidente da Venezuela”. In *RESENHA de Política Exterior do Brasil*, n 92, ano 30, 1o semestre de 2003. Ministério das Relações Exteriores do Brasil.
- DISCURSO Luiz Inácio Lula da Silva. Encontro Empresarial Brasil-Venezuela, em Caracas, no dia 14 de fevereiro de 2005. in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, n. 96, 1o semestre de 2005, Ano 32.p.52.
- DISCURSO Luiz Inácio Lula da Silva. Cerimônia de assinatura de atos de cooperação entre Brasil e Venezuela. Caracas, Venezuela, 14 de fevereiro de 2005. www.mre.gov.br. Acessado em 7/6/2007.
- DISCURSO Luiz Inácio Lula da Silva. Cerimônia de Inauguração dos Bustos do Libertador Simon Bolívar e do General Abreu e Lima. Pernambuco: Abreu e Lima, 25 de março de 2003. www.mre.gov.br. Acessado em 7 de junho de 2007.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá*. Brasília: EDUNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 226-227.
- GALVAO, Thiago Gehre. *América do Sul: a construção de uma ideia*. Dissertação de Mestrado, UnB, 2003.
- GEHRE, Thiago. *América do Sul: a ideia brasileira em marcha*. Curitiba: Juruá, 2009.
- _____. *América do Sul: construção pela reinvenção (2000-2008)*. RBPI, v.2, n. 52, 2009.
- HERNANDEZ-BARBARITO, Maria A. “A integração energética da América Latina e Caribe”. *DEP*, n 9, jan-mar 2009. p. 233-251.
- JONES, Bart. *Hugo Chávez: da origem simples ao ideário da revolução permanente*. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.
- KOZLOFF, Nikolas. *Hugo Chávez: oil, politics, and the challenge to the U.S*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. *O Brasil e os ventos do mundo: memórias de cinco décadas na cena internacional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. p. 225.
- MACMILLAN, Margaret. *Usos e abusos da história*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- MENDIBLE-ZURITA, Alejandro. “Venezuela-Brasil: una relación geoestratégica privilegiada”. *Carta Internacional*, Vol. 1, n 2, julho de 2006.
- PEREIRA, Lia Valls. “Comércio exterior e política comercial da Venezuela”. In *GUIMARÃES, Samuel Pinheiro & CARDIM, Carlos Henrique (orgs)*. *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003.
- RAMIREZ, Rafael. “Plena soberania petrolífera”. *DEP*, n 6, abr-jun 2007. p. 202-228.
- RESENHA de Política Exterior do Brasil, n 90, ano 29, 1o semestre de 2002. MRE.
- _____, n 92, ano 30, 1o semestre de 2003. MRE.
- _____, n 95, ano 31, 2o semestre de 2004. MRE.
- _____, n. 96, ano 32, 1o semestre de 2005, MRE.
- _____, n 99, ano 33, 2o semestre de 2006. MRE.
- RUSEN, Jorn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- SARAIVA, Miriam. “As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007”. *RBPI*, 50 (2): 42-59 [2007].
- SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe de. “política exterior sem complexos” *Jornal do Brasil*, 04/08/2000. In *Resenha de Política Exterior do Brasil*. Número 87, 2o semestre de 2000. p. 221.
- VAZ, Alcides Costa. “O Brasil e o sistema interamericano: de 1990 até o presente”. In *LESSA, Antonio Carlos e ALTEMANI, Henrique*. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. V2. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 43-73.
- VILLA, Rafael e URQUIDI, Vivian Dávila. *Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo*. São Paulo: Paz e Terra, *Política Externa*, vol 14, n 4, mar/abr/mai, 2006. p. 72.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. “A política externa da Venezuela frente à globalização (1989-2001)”. In *GUIMARÃES, Samuel Pinheiro & CARDIM, Carlos Henrique (orgs)*. *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003.